

# **ASSOCIATIVISMO URBANO E PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA CIDADE: UMA ANÁLISE DA ZONA NORTE DE TERESINA-PI**

Sâmia Suyane Cunha Coelho (bolsista do PIBIC/UFPI),  
Masilene Rocha Viana (Orientadora, Depto de Serviço Social/UFPI)

## **Introdução**

Estudo que privilegia a temática do associativismo civil no campo popular urbano da zona Norte de Teresina, capital do Estado do Piauí, tomando como foco de interesse as formas organizativas que operam a partir de reivindicações e demandas locais da população por acesso a bens, serviços e equipamentos públicos.

Trata-se, portanto, de um estudo que busca analisar o cenário mais geral onde são tecidas as negociações e os conflitos pela direção social das políticas urbanas e dos serviços mais diretos as populações vulneráveis, procurando por em evidência o peso do associativismo civil enquanto interlocutor nesse processo na zona Norte da cidade, que se constitui na área fundamental na elucidação das protoformas do associativismo popular urbano em Teresina, abrigando hoje um número substantivo de associações de moradores e similares.

A pesquisa perseguiu o intuito de analisar os principais problemas da zona Norte, identificar as demandas, o nível de organização/mobilização das entidades e o peso político dessas organizações e de suas eventuais redes movimentalistas no jogo de forças para definir a direção das políticas urbanas ou mais precisamente dos serviços e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida no âmbito local.

## **Metodologia**

No que tange aos aspectos metodológicos, foi desenvolvida a partir de fontes primárias e secundárias, e através de técnicas distintas de coleta de dados: observação, documentação, e um questionário com perguntas abertas e fechadas junto ao conjunto das 56 (cinquenta e seis) formas associativas populares identificadas na área, configurando-se enquanto um estudo analítico de caráter quanti-qualitativo.

No desenvolvimento do trabalho de campo enfrentamos o desafio de percorrer os mais distintos bairros, vilas, parques e favelas que compõem a zona Norte da cidade no intuito de mapear o amplo espectro do associativismo de base popular relacionado à questão urbana.

A observação se constituiu numa ferramenta fundamental no processo de pesquisa, em especial no que concerne ao acompanhamento de eventos, reuniões, assembleias ou outras ações ou manifestações do associativismo comunitário da zona Norte permitindo uma visão privilegiada dos reais problemas da área e também dos limites e possibilidades do associativismo.

## **Resultados e Discussão**

Como principais resultados da investigação, destacamos: a) que a zona Norte da cidade continua mantendo a condição de área de notórios problemas: seja os urbanísticos e ambientais (arruamentos irregulares, lagoas e ausência de galerias e esgotamento satisfatório, favelas e ocupações ainda a merecer a atenção do poder público, entre outros), sejam os

sociais, políticos e organizativos da comunidade lá instalada; b) a violência é indicada como dos mais graves problemas da área e em inúmeros bairros há a presença marcante de gangues gerando práticas segregacionistas e o incremento do uso e tráfico de drogas, o que vem restringindo a liberdade dos cidadãos e das entidades que os representam; c) na busca por acesso a bens, serviços e equipamentos públicos, muitas entidades comunitárias vem estabelecendo relações com representações governistas locais em bases clientelistas e pautadas na troca de favores. A maioria das lideranças comunitárias acredita que a consecução de obras por parte da prefeitura só podem ser viabilizadas pela via de “amizades”, da troca de favores com políticos (particularmente vereadores) atuantes na região. Quando perguntados sobre quem mais influencia na aplicação dos recursos destinados ao orçamento popular muitos afirmam ser os vereadores. Muitos depoimentos indicam limitações da participação popular na construção do orçamento. Conforme um dos representantes de entidades “[...] se tiver uma associação que tenha muitas aprovações no OP e disser que não tem um padrinho político, tá mentindo, porque todo mundo sabe que se a gente não tiver um vereador que seja nosso amigo não conseguimos nada”; d) na medida em que muitas entidades populares passam a considerar os “políticos” como os atores privilegiados na conquista do acesso aos serviços e equipamentos públicos constroem um cenário em que a mobilização popular, a construção coletiva das lutas e a organização política dos moradores perdem o sentido, uma vez que a busca por melhorias para a comunidade passa a restringir-se aos pactos e “favores” políticos, ficando as entidades comunitárias (ou suas representações formais), como reféns reproduzindo uma relação de dependência que rompe com qualquer eventual ideia de autonomia do associativismo popular; e) Desse modo, cresce em importância a figura do líder comunitário que se apresenta como o porta-voz dos interesses de sua comunidade junto ao poder público, não raras vezes forjando uma ação fundamentalmente personalista e eleitoreira e afastando-se, obviamente, do caráter coletivo e de luta social da comunidade. Há, portanto, uma supervalorização da “liderança” da entidade em detrimento das bases que supostamente a teriam forjado; e) do ponto de vista organizativo, há uma clara mudança nos repertórios de ação das entidades comunitárias. Da ação-direta de outros tempos, como protestos públicos nas ruas, passeatas e marchas, a maioria das entidades vem obedecendo um padrão formal de atuação, restringindo-se aos expedientes de encaminhamento das reivindicações/entrega de ofícios nos órgãos públicos, a audiências com autoridades, entre outros. Esse processo de mudança nos repertórios de ação dos movimentos sociais urbanos é denominado por Carlos (2011, p. 332) como formalização das estratégias de ação dos movimentos sociais urbanos. Segundo ela, “com a redemocratização do país, o acesso às instituições políticas e a implementação de esferas participativas nas agências dos governos, o uso de estratégias formais no encaminhamento das deliberações ao poder público tornaram-se predominantes.” Essa alteração implicou, obviamente, em uma “redução das atividades de protesto público” evidenciando transformações “em direção a repertórios rotinizados e previsíveis” (CARLOS, 2011, p.332). Nesse diapasão, o ativismo político pela cidadania e justiça social é deslocado do foco das entidades populares que passam a um

ativismo civil voltado para a solidariedade social que dispensa a base ampliada de participação popular, uma vez que elegem as negociações pragmáticas e tecnicamente formuladas na relação com organizações não governamentais e setores do governo como as únicas formas de acesso a melhorias para a comunidade; f) outro aspecto identificado na pesquisa diz respeito ao que Viana (2009) já apontara: a captura desse associativismo por uma lógica marcadamente de “terceiro setor”, transformando-os, em geral, em simples prestadores de serviços, ou em grupos de interesses buscando benefícios materiais imediatos e localizados. Destarte, as associações tendem a ser cada vez mais enxergados como uma “extensão” do governo municipal, uma vez que passam a conduzir a sua atuação no interior de uma lógica utilitarista, onde o foco das ações se limita a empreender melhorias físicas locais, servindo não como entidades associativas, mas como meras entidades prestadoras de serviços. Essa lógica utilitarista se constitui no principal fator de legitimidade e manutenção das lideranças comunitárias, servindo ainda, como um forte componente de reforço do personalismo.

### **Conclusão**

De forma geral, podemos pontuar como palavras conclusivas que o associativismo de base popular urbana tem, em geral, o objetivo principal de congregar moradores de determinada área para a luta por serviços e equipamentos públicos junto aos órgãos do governo. Assim, o papel dessas entidades é de importância fundamental para a construção de um espaço público democrático, onde a sociedade possa gozar plenamente do direito de participar dos processos de gestão da cidade. Todavia, distanciando-se do campo ético político que nucleava os movimentos populares de outrora (DOIMO, 1994), identificamos um quadro de crise e desmobilização acometendo grande parte das entidades populares da zona Norte de Teresina, no contexto de uma gestão urbana local que se autoproclama moderna e democrática (VIANA, 2009). Acompanhando a reflexão de Viana (2009), entendemos como resultados desse esforço investigativo a identificação de uma cultura política de bases personalistas e assentadas no favor e em um repertório discursivo de valorização do “terceiro setor”, o que tem modificado a natureza da relação do associativismo civil com o poder público, afastando-o de um campo ético-político forjado na autonomia, na democratização da esfera pública e em um conjunto de práticas de combatividade e luta outrora nucleadas como movimento popular e aproximando-se de condutas assistenciais e focadas em aspectos pontuais dos problemas comunitários.

### **Apoio**

Programa de Incentivo a Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC/UFPI)

### **Referências**

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. ANPOCS, 1994.

CARLOS, E. *Movimentos Sociais: revisitando a participação e a institucionalização*. *Lua Nova*. CEDEC, Nº 84, 2011.

VIANA, M. R. Associativismo popular urbano em Teresina: possibilidades e riscos na constituição da esfera pública local. *Anais do XIV CISO. Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. Recife: 2009.

**Palavras-Chave:** Associativismo civil. Gestão pública. Movimento Popular.